

Ingressamos na verdadeira economia de mercado — não há retorno possível

Igor Cornelsen*

Existe entre os agentes econômicos e, particularmente, entre as elites políticas e intelectuais a dúvida sobre a manutenção da atual linha de política econômica, marcada pela liberalização dos mercados e desregulamentação, privatização e redução do déficit público. Até onde irão e por quanto tempo serão mantidas?

Pessoalmente acho que o Brasil já atingiu um ponto de não retorno, aquele ponto que a Argentina atingiu quando o presidente Alfonsín, seis meses antes do término do seu mandato, renunciou e o seu substituto, o presidente Menem, foi forçado a mudar a história do seu partido, eliminando o intervencionismo estatal, desregulando a economia, abrindo os mercados e privatizando. Menem não tinha outra opção, qualquer outro rumo careceria de credibilidade.

O que é que o Brasil tem a ver com a Argentina, poderia perguntar o leitor da *Gazeta Mercantil*,

Na verdade, tanto em um país quanto em outro, qualquer política econômica que não seja a verdadeira economia de mercado não tem mais qualquer credibi-



lidade junto aos agentes econômicos e estes hoje gozam de liberdade de movimentos.

Vamos raciocinar por hipótese que o ministro Marcílio Marques Moreira decidisse sair do governo e o presidente viesse a optar por um dos nossos ex-ministros que gostam de "política de rendas", eufemismo que significa congelamento de preços. Aposto que o anúncio do nome detonaria um reajuste médio de preços de 30%; o ouro e o dólar disparariam. A política econômica a ser implementada seria uma política extremamente conservadora, coisa de fazer as políticas de Marcílio parecerem socialistas, pois, caso contrário, a crise é à vista e brutal.

Por outro lado, neste 1992, o Brasil pela primeira vez conta com capitais livres e abundantes de curto prazo de forma voluntária, assim como a Alemanha, a Inglaterra e os EUA. Enquanto um país tem capitais voluntários e livres, deve manter um mínimo de coerência na administração de sua política econômica, porque capitais livres se movimentam rapidamente quando as políticas econômicas geram desconfiança.

O Brasil tem hoje US\$ 8,5 bilhões nas suas reservas de poupança livre de curíssimo prazo, US\$ 2,5 bilhões na Bolsa e US\$ 6 bilhões como linhas de crédito voluntárias de curto pra-

zo financiando o comércio exterior. Esses capitais não são bloqueáveis; se decidirem ir embora desestabilizam o ministro que os espantou.

Enganam-se os que acham que substituindo o ministro podem mudar a política econômica. O Brasil entrou num caminho sem retorno, será um país aberto ao comércio e capitais internacionais, terá sua economia integrada à Europa e América do Norte, qualquer que venha a ser seu presidente, primei-

ro-ministro ou ministro da Economia.

Se este for competente, teremos baixa inflação e desenvolvimento acelerado; se não for, viveremos em crise permanente como nos últimos doze anos, mas a política econômica, no fim, será a mesma.

Num mundo do DDI, das comunicações via satélite, do fax e dos grandes jumbos não há alternativa viável.

* Diretor do Chartered WestLB Limited.